



## Quando me descobri negra: mulheres negras e a construção da identidade no livro de Bianca Santana

*When I found myself black: black women and the construction of identity in the book of Bianca Santana*

Patricia Raquel Lobato Durans Cardoso<sup>1</sup>

**RESUMO:** A literatura de autoria feminina é um ramo que ainda enfrenta muitos desafios no que concerne à participação desproporcional de autoras na prática literária, assim como o seu reconhecimento na historiografia literária diacrônica e sincronicamente. O campo literário assume sua dimensão política, para além de artística, e reproduz preconceitos incutidos na sociedade, sendo uma atividade excludente e que deixa à margem mulheres, negros, pobres, homossexuais e grupos minoritários, além de reificar estereótipos e promover o racismo. Com o objetivo de pensar essas relações de poder e perceber como essas relações de instabilidade política e desigualdade social se ancoram no texto literário, o presente artigo constrói uma leitura analítica do livro *Quando me descobri negra*, de Santana (2018), a partir da noção de identidade construída por diferentes pensadores, como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Stuart Hall. O livro em análise trabalha como tema principal a questão racial e seus vários enfoques. A análise tem como aporte a crítica literária feminista e o feminismo negro, a fim de pensar o texto literário de autoria feminina negra como um potente instrumento político que evoca a ancestralidade e pode promover a construção da identidade negra.

**Palavras-chave:** Identidade; Mulher negra; Bianca Santana

171

**ABSTRACT:** The literature of female authorship is a branch of literature that still faces many challenges in the disproportionate participation of authors in literary practice, as well as its recognition in literary historiography diachronically and synchronously. The literary field assumes its political dimension, in addition to artistic, and it reproduces prejudices incurred in society excluding women, blacks, the poor, homosexuals and minority groups, strengthening stereotypes and promoting racism. Aiming to think these relations of power and understand how these relations of political instability and social inequality based on the literary text, The present paper aims to perform a reading of the book *When I found myself black*, Santana (2018), based on the notion of identity of the Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Stuart Hall. The book works as the main theme the racial issue, being used also racism, acceptance, black beauty, curly hair, genocide of the black population, the black woman. The analysis is based on feminist literary criticism and black feminism, thinking the literary text of black female authorship as a political instrument that referring to ancestry and can promote the construction of black identity.

**Keywords:** Identity; Black woman; Bianca Santana

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal de Santa Catarina.  
E-mail: duranspat@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4867-2258>.



“Até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pensamento sejam soterrados por montanhas de panelas e chaleiras de ferro?”

Maria Stewart

## Introdução

A escrita de mulheres, ao longo da história, se tornou não só uma prática social, mas uma ação política. Assim como todos os ramos das atividades socialmente desenvolvidas, a escrita, seja literária ou de outra ordem, é um campo em que as mulheres tiveram que lutar para atuarem. Norma Telles (1988) destaca que, no século XVIII, havia um discurso sobre a “natureza feminina” que via a mulher como “anjo do lar”, logo, as que estavam fora desse espaço eram consideradas monstros ou bruxas. No entanto, tanto as que estavam dentro quanto fora do lar viviam à margem da cultura, pois a criação artística era considerada um dom masculino. À mulher era negada a autonomia que a criação representava.

O papel dado à mulher naquela sociedade era de procriar e ser o extremo da alteridade, servir de musa, criatura e mistério. Enfim, as mulheres que se lançavam a essa atividade tinham grande dificuldade de autodefinição, o que gerava uma incontrolável “ansiedade de autoria”, devido ao fato de não se identificarem com as suas particularidades femininas, sobretudo dentro de uma sociedade em que escrever significava negar o próprio gênero. Essa situação podia proporcionar isolamento, destruição, doenças emocionais e físicas, alienação e loucura (TELLES, 1988).

Aprofundando essa discussão no cenário brasileiro, Nádía Gotlib (1990), ao historicizar a literatura feita por mulheres no Brasil, mostra os avanços e retrocessos que aconteceram no cenário da produção feminina e como essa escrita estava condicionada ao papel social da mulher no Brasil, principalmente no que diz respeito ao acesso à escolarização. Conforme a autora, no início do século XIX, as mulheres brancas estavam fadadas ao isolamento doméstico e as mulheres negras tinham vários ofícios, mas nenhuma tinha acesso à educação. Somente em 1827 é que foi estabelecida a primeira legislação referente à educação feminina e, em 1876, houve o ingresso das mulheres (brancas) à Escola Normal. Por isso, só nesse período é que vai acontecer a divulgação entre o público letrado dos primeiros textos escritos por mulheres brasileiras. O que se verifica nesse momento é um movimento de luta pela educação por parte das mulheres, porém sem admitir uma mudança nos papéis sociais tradicionais (mãe e dona de casa). Ao mesmo tempo, havia uma crescente divulgação dos textos das mulheres, inclusive com



uma imprensa feminista, mas num espaço sempre limitado, acanhado e sem grande repercussão nacional.

Com os estudos feministas, em particular na década de 1920, houve um movimento acadêmico de resgate de escritoras e obras, e de uma releitura de textos escritos sob um viés feminista, reconhecendo três grupos principais de estudo sobre o trabalho da mulher na literatura: literatura e feminismo, que buscava uma recuperação da história silenciada e análise dos paradigmas patriarcais da literatura canônica; literatura e feminino, que objetivou a identificação de uma escritura feminina, a partir de um modelo francês, semiológico e psicanalítico; literatura e mulher, que desenvolveu-se a partir da percepção do papel da mulher na literatura (autora, narradora, personagem), sem problematizar a questão das relações de gênero (GOTLIB, 1990).

Rita Schmidt (2010, p. 129-136) diz que, por volta de 1980, nasceu a linha de estudos que se preocupa com a recuperação da produção literária de autoria de mulheres, pensando o apagamento e a exclusão de escritoras da historiografia literária. Conforme a autora, atualmente há um enfraquecimento do termo literário no sentido de arte e um fortalecimento no sentido antropológico/cultural, ou seja, o literário é visto como um campo de produção histórico-cultural, por isso atravessado por valores, relações e interesses específicos. Isso aponta para um interesse que vai além das questões de valor estético (literariedade), pois “a literatura passa a ser vista como categoria transitiva, fenômeno histórico contextualizado no campo das formas culturais, inserida nos modos de produção material e processos sociais concretos”, vislumbrando a relação desta com “representações culturais, modos de subjetivação e com construção de identidades, à luz do reconhecimento das relações saber/poder inscritos nos mecanismos de controle e legitimação do processo de construção das tradições literárias”.

A partir desse novo olhar, pressupõe-se uma reconfiguração do cânone mediante o revisionismo da história da literatura, posicionando os textos das mulheres. Esses textos articulam em suas estruturas de representação, identidades e “interpretações de pertencimento e sociabilidade que interrogam e/ou deslocam os valores subjacentes à produção dessas subjetividades hegemônicas”, enfim, “a invasão bárbara dos excluídos está deformando ou debilitando o campo literário em seus valores”.

Romper, no entanto, com esse campo do conhecimento é uma tarefa muito difícil, uma vez que ele tende a reproduzir o sistema de hegemonia, privilégios e exclusão da própria sociedade brasileira. A análise da pesquisadora Regina Dalcastagnè (2005) sobre o romance



brasileiro é representativa desse cenário. Conforme o amplo estudo da autora, o romance como promessa de pluralidade não se efetiva na prática, uma vez que determinados grupos sociais desaparecem, sobretudo pobres e negros, o que reproduz a invisibilidade desses grupos na sociedade brasileira.

Os lugares de fala no interior da narrativa são monopolizados pelos brancos, homens, sem deficiências, heterossexuais, adultos, urbanos e de classe média, opondo-se aos grupos marginalizados, silenciados e cobertos de vozes que se sobrepõem a eles ou que buscam falar em nome deles. Enfim, o gênero literário mais privilegiado da literatura brasileira sofre de uma falta de representatividade e mostra que a literatura não é neutra, mas constitui um meio de representação excludente. Sobre esse estudo, Dalcastagnè (2005, p. 67) tem a seguinte conclusão:

‘Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime’, escreveu certa vez Antonio Candido. E nos exprime não apenas pelo que nos diz, mas também por aquilo sobre o qual cala. Os silêncios da narrativa brasileira contemporânea, quando nós conseguimos percebê-los, são reveladores do que há de mais injusto e opressivo em nossa estrutura social. Os números apresentados pela pesquisa, transcendendo a especificidade – que é real – de cada obra, contribuem para fazer emergir este quadro.

Todo o ideário que a literatura liberta, que é um campo aberto à diversidade, às subversões, às reflexões em torno da realidade ou de uma fuga para a utopia, cai por terra diante desse estudo literário com métodos bastantes concretos, mostrando que o campo da literatura é, na verdade, um ambiente inóspito que revalida as discriminações do meio social, como um microcosmo. Logo, a literatura também é um campo de disputas de pensamentos e narrativas, campo que precisa de articulações de combate ao machismo, racismo e outras discriminações.

### A escrita literária e política

Nessa perspectiva, mais do que um simples livro, o livro de Bianca Santana (2018), *Quando me descobri negra*, faz parte de um conjunto de produções de uma geração de escritoras e escritores que tem na sua escrita uma luta política. Primeiro por fazer com que autores diversos estejam publicando no campo editorial brasileiro; segundo por discutir temáticas que mexem com os preconceitos estruturais construídos ao longo da história do Brasil. Um livro escrito por uma mulher negra de origem pobre, que trata sobre a sua construção de negritude, rompe uma bolha editorial e se transforma em uma arma política contra o racismo. Através



disso já se nota, na apresentação consciente da escritora, aquilo que ela se questiona, se aquele é o seu lugar.

Escrever um livro? De histórias, literatura? Isso é maravilhoso, mas é coisa de escritor, não é para mim! Mesmo depois de ter escrito os 28 pequenos relatos que compõem este livro, sinto dificuldade de respirar ao registrar estas palavras. Publicar histórias sobre a vida, as experiências, os sentimentos, as indignações não é para gente como eu, uma voz insiste em repetir. (SANTANA, 2018, p. 5).

Mesmo admitindo que aquele não é o seu lugar, Santana (2018) pensa que o seu livro pode abrir caminho para outras escritoras e incentivar jovens a ter acesso a uma leitura que se identifique com as suas características, oportunidade que ela não teve:

Inspiro devagar e me esforço para lembrar que histórias como estas precisam ser contadas em livros. Que a Bianca mais jovem, encantada com a leitura sobre realidades tão distantes da dela, adoraria ter lido algo mais próximo. Que tanta gente com quem convivi e que não gostava de ler poderia ter se identificado com leituras curtas, de linguagem simples que retratassem aspectos de suas vidas. Que precisamos de mais escritoras no Brasil, e especialmente de mulheres e homens negros publicando literatura. Que gente mais talentosa que eu, de diferentes origens sociais, pode se sentir mais segura em ocupar o papel de escritora ou escritor com esta publicação em mãos. (SANTANA, 2018, p. 5-6).

Não tem como não comparar as palavras de Santana (2018) com a de outras mulheres que ousaram escrever num mundo que não foi destinado a elas. Voltando dois séculos atrás, esse mesmo sentimento de hesitação era sentido por Maria Firmina dos Reis (2018), quando escrevia *Úrsula*, em 1859, portando-se assim na apresentação de seu romance:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. Então por que o publicas? perguntará o leitor. [...] Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez que com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2018, p. 47-48).

Ao se lançarem no “mundo dos escolhidos e iluminados” e sem pertencerem à linhagem dessa plêiade de intelectuais, as duas escritoras, mulheres negras, de origem pobre, escrevendo sobre a temática negra, têm consciência do seu ato transgressor. Por esse motivo, apresentam



seus livros com modéstia e humildade, mas não abandonam a coragem de fazê-lo, apresentá-lo, trazê-lo ao público, porque ambas estão cientes de que o simples fato de publicar abre caminhos para criar um espaço de público, de crítica e de produção. As duas encerram as duas produções a seu modo, respeitando a forma de fazer literatura de seu tempo, uma grande potência de construção de subjetividades e identidades negras. Como coloca Grada Kilomba (2019), escrever, nesses casos, é um ato político de tornar-se sujeito.

### O processo de tornar-se negra

O livro é uma coletânea de 26 textos curtos de diferentes gêneros textuais: contos, crônicas e relatos. O conteúdo está dividido em três partes: parte 1 – *Do que vivi*, um registro de histórias autobiográficas; parte 2 – *Do que ouvi*, um registro de histórias que a autora ouviu ao longo de sua vida contada por amigos; parte 3 – *Do que pari*, o que parece ser a parte mais ficcional do livro, históricas criadas que, segundo a autora, misturam experiências ouvidas, vividas, sentidas e imaginadas. São histórias independentes entre si, mas que dialogam, principalmente porque todas apresentam histórias de preconceito, discriminação e racismo, assim como histórias de superação, luta e construção de identidades negras.

O primeiro texto da primeira parte trata da crônica *Quando me descobri negra*, que dá nome ao livro. O texto já começa narrando a construção da negritude da narradora:

Tenho trinta anos, mas sou negra há apenas dez. Antes, era morena. Minha cor era praticamente travessura do sol. Era morena para as professoras do colégio católico, para os coleguinhas – que talvez não tomassem tanto sol – e para toda a família que nunca gostou do assunto. ‘Mas a vó não é descendente de escravos?’, eu insistia em perguntar. ‘E índio e português também’, era o máximo que respondiam. Eu até achava bonito ser tão brasileira. Talvez por isso aceitasse o fim da conversa. (SANTANA, 2018, p. 13).

A narradora prossegue narrando o exato dia em que passou de morena (quase branca) à negra. Em agosto de 2004, ao fazer uma reportagem na Câmara Municipal, passou em frente ao cursinho pré-vestibular da “Educafro” e se ofereceu para dar aulas no lugar. O coordenador a recebeu e disse que ela seria uma grande referência para os estudantes negros, pois a maioria dos professores do cursinho era branco. Saiu meio sem entender o que tinha ouvido do professor da Educafro, mas, a partir daquele dia, notou que nos lugares que frequentava “as pessoas também não tomavam muito sol” e passou a refletir o porquê a sua família não se assumia como negra, chegando à conclusão de que o medo da discriminação, violência e a própria ascensão social tinha clareado sua identidade. A narradora revela vários problemas que



tocam a questão racial no Brasil, em especial o problema do branqueamento (SANTANA, 2018, p. 14).

O branqueamento ou embranquecimento foi, no Brasil, uma política de Estado, no início do século XX. Com o processo de miscigenação, a população deixaria de ser negra e passaria a ser mais parecida com a população europeia. À época colonial, com o escravismo, o Brasil tinha a maioria de sua população formada por negros, a ponto de o país ser chamado de segunda África. Com o advento da República, era necessário apagar o traço colonial negro da população brasileira e alternativas se concentraram em políticas de extermínio e importação de mão de obra branca europeia. O fato de a narradora não ter a pele negra retinta a fez, ao longo da vida, ser tratada como morena e até branca, fazendo esquecer suas origens:

Fui branqueada em casa, na escola e na universidade. Sigo causando espanto ao me afirmar negra no mercado de trabalho. O branqueamento apaga de nossas memórias as conquistas que nós, pessoas negras, temos tido ao longo da história do Brasil. Conquistas individuais e coletivas. Afirmo com alegria que sou negra há mais de dez anos. (SANTANA, 2018, p. 15).

Conforme Lélia Gonzales, em um depoimento publicado em 1988, “a gente não nasce negro, a gente se torna negro”, pois, ao contrário do que muitos ainda pensam, a própria noção de raça não é biológica, mas social, isto é, o negro aprende que é negro a partir do convívio social, que é uma vivência dura, sofrida e cruel muitas vezes. Há um caminho longo, construído ao longo da vida entre ser denominada de morena, marrom, parda, até a assunção e autoafirmação de “traços, cabelos, vivências, histórias [que] revelam o grupo social a que pertencemos” e a construção de uma identidade (SANTANA, 2018, p. 15).

Kabengele Munanga (1996) afirma que a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas, pois qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre seleciona aspectos importantes de sua cultura para se definir em contraposição aos outros. Ele explica que, quando as diferenças crescem, favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo, que criam estereótipos, preconceitos etc.; porém, quando eles diminuem no seio de um grupo, as semelhanças são mais relevantes entre seus membros, o que proporciona a união mediante mecanismos de identidade.

Reforçando essa visão, Schmidt (2010, p. 137) afirma que a identidade é:

[...] uma ficção necessária construída pela negação da origem via processos de deslocamento e de diferenciação. É somente por essa via que o desejo por identidade se materializa, oferecendo ao sujeito a ilusão de uma presença/pertença, o acesso a uma imagem que assume e com a qual se identifica. Essa ficção, entretanto, não é sinônimo de algo fictício, mas um



constructo que torna possível o exercício da subjetividade e a inserção do sujeito na vida social e cultural de seu tempo.

Conforme Munanga (2004), a identidade étnico-racial negra é uma identidade política unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. A assunção e a consciência dessa identidade são uma forma de luta contra o racismo, mas, além disso, a definição de si ou autodefinição e a definição dos outros ou identidade atribuída têm, segundo Munanga (1996), as funções de defesa da unidade do grupo, proteção do território e manipulações ideológicas por diversos interesses.

Ser negro socialmente e assumir essa identidade não é uma tarefa fácil no cenário brasileiro. Conforme Josideth Consorte (2000, p. 10), os indígenas e africanos e seus descendentes, por conta da colonização, foram submetidos “ao crivo de uma visão eurocêntrica do mundo e tiveram seus atributos corporais e os seus modos de ser e de existir avaliados a partir de valores e interesses ditados por aquela visão”, uma visão etnocêntrica que se faz presente no racismo estrutural. A identidade é um processo que se alimenta também de memórias, reflexos, representações e imagens e todos esses atributos foram apagados, invisibilizados ou inferiorizados pela colonização, escravização e racismo.

A reconstrução dessa memória comum é importantíssima para essa identidade, pois

A cultura negra possibilita aos negros a construção de um ‘nós’, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse ‘nós’ possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade. (GOMES, 2003, p.79).

Ao longo do tempo, Stuart Hall (2000, p. 108-109) teorizou e problematizou acerca da categoria identidade, tentando desessencializá-la. Na sua concepção, as identidades são sempre mutáveis e, na modernidade tardia, estão sempre fragmentadas e fraturadas, “não são singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar e ser antagônicos”. A construção da identidade no mundo atual resulta de vários processos históricos que permitem a “produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos”.

São diversos textos que marcam essa posição de descoberta quanto à identidade ao longo do livro. A crônica *Que corajosa por vir com esse turbante* começa da seguinte forma:

Sou negra, mulher, de origem pobre. E, se essas palavras não são suficientes para me definir – afinal, que etiquetas dão conta do que é uma pessoa? –, elas ajudam a me situar em um contexto social, histórico e político. Confesso que nunca tive conflitos em relação à minha origem pobre, que sempre comuniquei



com orgulho, mas levei muitos anos para me reconhecer como negra e como mulher.

Descobrir-me negra foi um processo. Descobrir-me mulher é uma jornada que se iniciou com a maternidade e tem sido foco da minha atenção. Se essas descobertas já não são simples, vesti-las, para que qualquer pessoa possa vê-las, é especialmente difícil. (SANTANA, 2018, p. 27).

Nessa crônica, a narradora já expressa na primeira frase as três opressões que ela sofre durante a sua existência: a opressão de raça, de gênero e de classe. Conforme Simone de Beauvoir (1980), o conhecimento nas mãos dos homens perpetrou a construção de que há um tipo humano absoluto que é o masculino. O homem designa o positivo e o neutro, enquanto a mulher designa o negativo, por isso a mulher é um homem incompleto, um ser ocasional. Funcionando como modelo de ser humano, sujeito único e absoluto, o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele, pois ela não é um ser autônomo. Para o homem, a fêmea é sexo. Ela é o outro, a alteridade absoluta.

Contudo, além da opressão de gênero, há a opressão de raça. Beauvoir (1980) diz que o eterno feminino é o homólogo da alma negra e do caráter judeu: ser é ter-se tornado, ou seja, “o homem branco pobre tem o consolo de dizer que não é o preto imundo e os brancos ricos exploram esse orgulho”. Por sua vez, Kilomba (2019, p. 35), dando corpo a esse debate, afirma que “os negros são a representação mental daquilo com que o sujeito branco não quer se parecer”, construindo para isso inúmeros processos de inferiorização, como a infantilização, a primitivização, a incivilização, a animalização e a erotização, que concernem ao sujeito negro a outridade na relação com o sujeito branco. Nesse caso, ser mulher e negra configura uma dupla discriminação. Ainda conforme a autora, a mulher negra carrega um duplo fardo, sendo “a outra da outridade”, pois se encontra na antítese tanto da masculinidade quanto da branquitude. É, portanto, um objeto duplo, de dupla subalternidade.

É preciso analisar raça, gênero e classe de maneira interdependente, pois são esferas que se interpenetram na experiência. A mulher negra pobre faz parte da base da pirâmide social no Brasil, estando abaixo dos homens negros, que estão abaixo das mulheres brancas e que estão abaixo dos homens brancos. Por isso, é indispensável enfatizar as diferenças entre as mulheres sob as diferentes perspectivas, uma vez que a categoria mulher como universal invisibiliza as mulheres negras que possuem outras necessidades e que as políticas públicas não conseguem acessar.

O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por muitas pensadoras feministas negras, mas cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 173), vem possibilitar essa visibilidade e problematizar um feminismo hegemônico que não incluía a opressão de caráter racial. O



conceito sugere incorporar a questão de gênero à prática de direitos humanos e a questão racial ao gênero, pois permitiria compreender tanto a diferença entre as mulheres quanto as “formas pelas quais mulheres e homens são diferentemente afetados pela discriminação racial e por intolerâncias correlatas”. A interseccionalidade é:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Afetada pelo machismo, sexismo e racismo, dentre outras opressões, a mulher negra enfrenta, inclusive, a discriminação em relação à sua estética e uma das maneiras em que isso ocorre é o preconceito contra o cabelo crespo. Um dos textos que traz essa temática é a crônica *O racismo nosso de cada dia escancarado no meu cabelo*. Nela, a narradora traz a dificuldade que homens e mulheres negras têm no que diz respeito à aceitação de seu cabelo crespo, principalmente por conta da construção de que cabelo de preto é cabelo ruim e da padronização europeia baseada no cabelo liso. No texto, a narradora apresenta a sua dificuldade em soltar o seu cabelo natural e como, durante muito tempo, ouvia propostas dos cabeleireiros para “arrumar” o seu cabelo. Essas propostas, na verdade, significavam alisar. Mais do que uma questão estética, assumir o cabelo crespo “é uma marca de identidade”, mas é um processo longo e difícil (SANTANA, 2018, p. 22).

Se é difícil na idade adulta, quanto mais na infância. No conto *Desculpa, Nati* é narrada a história da menina Nati, de cinco anos, que era bastante vaidosa. Nati se sentia linda, adorava se arrumar e se olhar no espelho, mas queria ter “um cabelão, pra jogar de um lado para o outro”. Desde os três anos, colocava um pano na cabeça para fingir que era cabelo, pois o seu era crespo, “cheio de molinhas com fios espetados”, mas ela queria “ter um cabelo que crescesse pra baixo, não pra cima”. Mesmo com a família dizendo que seu cabelo era lindo, Nati ficava triste e, algumas vezes, chorava com o bullying sofrido na escola. Certo dia, a tia resolveu levar Nati ao salão para arrumar o cabelo, porém não se tratava de uma escova definitiva. O procedimento foi muito demorado e é detalhadamente descrito abaixo:

Creme, pente, puxa, mais creme, pente, puxa. E o tempo não passava. E a cabeça começava a doer. Creme, pente, puxa, mais creme, pente, puxa. Que arrependimento sentia a menina! Creme, pente, puxa, mais creme, pente, puxa.



E depois, ferro bem quente desde pertinho da cabeça até a ponta. Que dor! Ficar bonita dói, sorriu a tia. (SANTANA, 2018, p. 91-92).

A cena descrita mostra o processo que muitas mulheres com o cabelo crespo passam para serem aceitas a partir de uma estética considerada padrão. Nati queria ficar assim porque as amigas dela iriam adorar e sempre iam querer brincar com ela. Aliado à imposição de seguir um modelo que é branco e europeu, está o fato da estética negra ser considerada ao longo do tempo uma estética feia. Os marcadores negroides, dentre eles o cabelo, sofreram intervenções no sentido de mascarar essa negritude. A negritude é sinônimo de feiura, por isso as meninas e mulheres negras fazem uso de verdadeiras violências estéticas para se enquadrarem num modelo que nunca vai vê-las como iguais, mas sempre como assimiladas.

Durante muito tempo, no país, a estética do cabelo liso era a hegemônica. De acordo com Nilma Lino Gomes (2012, p. 3),

O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante.

Logo, o processo de transição capilar é bastante explorado no livro de Santana (2018) e como os adornos de cabelo, como os turbantes, não fazem parte apenas de um movimento estético que visa fazer com que mulheres e homens aceitem seus cabelos ao natural, mas de uma luta política que visa empoderar mulheres e homens negros, e resgatar suas identidades, branqueadas pela colonização. Na construção das mulheres negras, o processo de transição capilar funciona como um descobrimento de sua negritude, pois à medida que o cabelo cresce, muitas vezes, com ele, também cresce uma consciência negra. Externamente, no cenário político, o uso do cabelo crespo funciona como um movimento de resistência a um padrão de beleza hegemônico e é uma luta política contra o racismo e a valorização da estética negra.

### Identidade e Racismo

Assim como a personagem Nati, que chorou ao ver que o seu cabelo liso não duraria sempre, para muitas crianças é difícil se aceitar negra devido às máculas do racismo. No conto *“Eu sou morena”*, a menina Lili, única preta dos quatro irmãos, não precisou de uma única palavra para perceber *“como era ruim, feio, errado, pior ser preto”*, pois só os olhares das



peças já denunciavam que ela era diferente. Por esse motivo, ela reproduzia o racismo e a maneira como era tratada quando via uma pessoa preta perto dela:

- Sai daqui, seu preto!

Renê respondeu rindo:

- Você também é preta.

- Eu não sou preta. Sou morena. (SANTANA, 2018, p. 64).

Além de tratar mal as pessoas pretas, Lili não queria ser preta, reproduzindo o racismo aos cinco anos de idade. Lili desenvolveu estratégias racistas que a blindavam de ser vítima de racismo, assim como a menina Malu sofreu em uma festa de Carnaval. Malu ouviu xingamentos, gargalhadas e comentários porque ousou se fantasiar de Mulher-maravilha: “- Nossa, essa Mulher-Maravilha foi pra praia e pegou muito sol!”. O conto *Mulher-maravilha* traz a história de Fabiana, que era branca e se casou com um homem preto. O casal teve a filha Malu. Fabiana pensava sempre “que era bom viver no Brasil, um país onde pessoas de todas as cores são iguais”, mas, mesmo assim, tinha medo de ouvir comentários constrangedores toda vez que apresentava seu marido a alguém. Mesmo quando nenhum incidente acontecia, ela continuava em alerta para evitar qualquer indício de estranheza que pudesse vir a acontecer. No entanto, com Malu foi diferente, ela ouviu o que havia sempre tentado evitar. “Ficou em choque. Silenciou. Grudou na filha. Quis voltar pra casa. Voltou”. Enfim, a realidade do racismo se escancarou para ela. “Sentiu culpa por não ter reagido. Teve medo por tudo o que a filha ainda pode passar. Mas o pior foi ser obrigada a encarar a verdade” (SANTANA, 2018, p. 43-45).

Esse conto é muito triste e simbólico, pois mostra como é o sofrimento de uma mãe quando percebe que sua filha sofreu racismo. Nota-se que a mãe não reagiu ao ato racista e, muitas vezes, isso acontece com o sujeito atacado, porque sente tanto sofrimento, que se vê impotente diante daquela situação. Kilomba (2019) diz que as pessoas não sofrem racismo por serem diferentes, na verdade, a lógica é o contrário, as pessoas se tornam diferentes por meio do processo de discriminação. O racismo cotidiano é um trauma, um choque violento e o tratamento às pessoas que sofrem o racismo não deve partir da pergunta “o que você fez diante do racismo?”, mas “o que o racismo fez com você?”, no sentido do acolhimento, da humanização, sobretudo em meio a esse ataque que nem sempre tem um revide imediato.

O conto traz ainda uma discussão muito brasileira, que é o mito da democracia racial, ou seja, a ideia construída de que não existe racismo no Brasil, ainda reproduzido no senso comum e em políticas do Estado brasileiro. Conforme Bamberger e Lisboa (2019), quando o Estado brasileiro nega a existência do racismo e trabalha com a ideia de meritocracia, ele se furta a criar políticas públicas para erradicar tais práticas. Além disso, esvazia o movimento que luta contra o racismo e responsabiliza o próprio indivíduo por não ter acesso aos serviços públicos,



pois não compreende o componente da raça como estruturante das desigualdades sociais brasileiras. Por isso, o Brasil aparece como um dos países em que as políticas de ações afirmativas e de reparação foram atrasadas por muitos anos. Em última instância, preservar o mito da democracia racial é uma tentativa de naturalizar a institucionalização do racismo.

Ao contrário, denunciar o racismo de todo dia é um tema que conduz todos os textos de Bianca Santana. Na crônica *Nem todo lugar é de preto*, a narrativa quer chamar atenção exatamente para “esse racismo sutil, implícito e difuso”, que “pode ser uma simples confusão de quem sentiu o racismo! Ou um protocolo de segurança, mero procedimento”. Não é, entretanto, pelo fato de ser sutil que não fere, não machuca, não “reafirma, com crueldade, que nem todo lugar é lugar de preto”.

Um café em uma parte nobre da cidade não é lugar de preto, a não ser que seja trabalhando. Essa é a história contada no conto “*Posso te fazer um pedido?*”, em que a narradora é confundida por todos com uma garçonete do estabelecimento quando estava esperando uma amiga que estava no banheiro.

No conto seguinte, chamado *Desmonte*, novamente a palestrante negra de um evento em uma universidade pública é confundida com uma servente, mostrando como a universidade ainda não se tornou lugar de preto. Livraria também não é lugar de preto. No conto *Livros para quem?*, Luzia, babá, estudante de auxiliar de enfermagem, esperou um mês até que tivesse tempo na sua rotina cansativa para ir ao sebo comprar um livro destinado ao curso. Mesmo tendo o dinheiro que havia economizado, ela foi interpelada quando ia pegar um livro em uma estante: “– O que você está fazendo? Não viu que esses livros não são pra você? Sai daqui! Não tem nada aqui pra você. Sai. Sai.” (SANTANA, 2018, p. 25-49).

Um hotel de luxo também não é lugar para preto. No conto *Livre pra amar #SQN*, a narradora conta como foi arrebatador seu romance com um alemão chamado Stephan, por isso envidou todos os esforços para passar com ele alguns dias em Salvador. No entanto, quando estava sozinha, foi inquirida pelo dono do hotel:

‘Você quer atender outro gringo enquanto ele está fora?’ Como? O que aquele cara falou? Eu entendi, mas preferia não ter entendido. Soltei um ‘Como é?’ na esperança de que ele percebesse o tamanho da bobagem, do desrespeito e recusasse. Ele ficou tímido, de fato. E se desculpou da pior maneira possível. ‘É que mulata bonita assim como você consegue fazer um bom dinheiro com alemão, não é?’ Uma parte de mim está naquela recepção até hoje. A outra parte decidiu que jamais ficaria com alguém como o Stephan outra vez. (SANTANA, 2018, p. 78).



O conto evidencia novamente os estereótipos em relação à mulher preta e que foram construídos a partir do seu corpo e não do pensar. A narradora foi confundida com uma prostituta, porque o racismo super sexualizou e erotizou o corpo da mulher negra. No contexto social, um homem branco só poderia estar com uma mulher negra na condição de cliente e prostituta, confirmando o velho ditado que dizia “brancas para casar, pretas para trabalhar e mulatas para fornicar”. Da mesma forma, nos contos *Livros pra quem?* e *Desmorte* (SANTANA, 2018), a mulher negra não poderia estar em uma posição de intelectual, porque o racismo desconectou a imagem delas à produção de saber.

Nos contos *A Patroa* e *Prevenção*, essas construções reificadas são novamente trazidas para se pensar que, mesmo o negro ascendendo socialmente, ele não está livre do racismo. No primeiro conto, Cláudia era médica, tinha carro de luxo e casa grande. Sempre muito bem arrumada, cabelo alisado e muito bem alinhada, era rica, mas preta. No hospital, toda paramentada, a confundiam com a instrumentadora, mas tudo bem para ela. Um certo dia, com roupa de ginástica, foi atender à porta. Era o carteiro. Chegou uma mulher bastante elegante e solicitou: “– Você pode, por favor, chamar sua patroa?” “– Sim. A dona da casa. Mudei pra cá recentemente e gostaria de me apresentar” (SANTANA, 2018, p. 67). Um dos estereótipos da mulher preta é ser empregada doméstica, assim como do homem preto é ser suspeito, bandido, como descrito no miniconto *Prevenção*:

Pai médico. Mãe advogada. Filho único, escola particular, aula de inglês e de alemão. Roupa de marca, tênis colorido, o último smartphone. Fone de ouvido profissional, desses que as celebridades exibem. Cabelo bem cortado, perfume, óculos de sol. Bom gosto de quem usa o que é bonito, sem se importar se é caro ou barato. E todo fim de tarde, quando andava pelo calçadão, quem vinha de outra mão mudava de calçada. (SANTANA, 2018, p. 93).

Os dois contos remontam uma permanência no período colonial. A escravidão criou a imagem dos negros e negras ligadas às atividades subalternas, como a empregada doméstica, a garçonete, a garota de programa. Apesar de que as mulheres escravizadas, em sua maioria, tinham como trabalho a lavoura, a imagem que permaneceu no imaginário foi a escrava doméstica que servia diretamente à casa grande. Isso se efetivou, na prática, com boa parte das mulheres negras que se tornaram empregadas domésticas, de modo que essa é a imagem estabelecida no imaginário social sobre a mulher negra. No que compete ao homem negro, o estereótipo de bandido é o que permaneceu. Antes e depois da escravidão, a perseguição aos negros se manteve, porque exterminar o negro ou retirá-lo do convívio social se tornou uma política do Estado brasileiro.



Conforme Schwarcz e Starling (2018), na escravidão, os indivíduos eram presos por suspeita de serem escravos, hoje são detidos com base em outras alegações que lhes devolvem sempre o mesmo passado e origem. A perseguição aos negros que foram considerados vadios e malandros provocou o encarceramento em massa, alimentando ainda mais o estereótipo de que negro é perigoso.

Assim como o encarceramento em massa, o genocídio do povo negro é uma permanência colonial no cenário brasileiro atual. No livro, o racismo é tratado em suas múltiplas versões, inclusive na violência e assassinato do povo preto. Nas crônicas *Auto de Resistência e Alemão*, a narração de modo cinematográfico evidencia a morte de três homens na quebrada com a seguinte conclusão: “No país onde justiça tem cor, preto bandido não merece julgamento. Só caixão ou cadeia. E, mesmo que faça tudo direito, tem sempre o risco de não voltar pra casa. Resistência seguida de morte”. No conto *Alemão*, narra-se a história de Eduardo, uma criança de 10 anos que estudava na porta de casa. Ele “começava a se concentrar na pergunta que copiou da lousa quando viu o coturno do policial. Levantou a cabeça. A mãe ouviu o disparo” (SANTANA, 2018, p. 59-62).

### Considerações finais

O livro *Quando me descobri negra* conta uma história do povo preto por meio de um olhar negro, que é da própria autora negra escrevendo suas dores. Essa escrita é, ao mesmo tempo, dor e denúncia, existência e resistência. Conforme Constância Duarte (2018, p. 3), é uma escrita de dentro (e fora) do espaço marginalizado, contaminada de angústia coletiva. É porta-voz da esperança de novos tempos, é “projeto político e social, testemunho e ficção”, dotada de escrevivência, que, conforme Conceição Evaristo (2007, p.19), “não pode ser lida como histórias para ‘ninar a casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Ávido de leituras e análises outras que não se encerram neste breve artigo, junto com o conteúdo dos textos, o livro tem um forte apelo visual, possuindo páginas pretas com letras brancas e vários desenhos que ilustram os textos, como se, de fato, a escritora estivesse enegrecendo sua escrita, vestindo de preto o seu olhar e o seu molde literário.

No conto *Não mexa com quem não anda só*, Gabriela entende o que significa ancestralidade através do turbante:

[...] o turbante a fazia sentir-se no controle. Era amarrar o pano na cabeça para se sentir conectada a uma multidão de mulheres que veio antes dela. A força ancestral de tantas negras que tiveram relação com Portugal de alguma forma,



fosse no território, fosse nos anos de escravidão e colonização, se manifestava. E ela saía pelas ruas muito dona de si. Em evidência por querer. Assumindo sua identidade e o que foi construir naquele país: o resgate da história de seu povo e de sua ancestralidade. Ela era das primeiras negras brasileiras a estudar em Coimbra, mas com ela estavam todas as outras. Conectadas pelo turbante. (SANTANA, 2018, p. 54).

Assim como Gabriela, Bianca Santana entendeu o peso da sua ancestralidade a partir da assunção de seus traços negroides que construíram sua identidade negra, uma identidade de sujeitos diaspóricos que se movimentam nas margens da cultura dominante, como coloca Homi Bhabha (1998), na fronteira, no entre-lugar. Junto com Bianca Santana está Maria Firmina dos Reis e todas as mulheres negras que abriram caminhos para que ela pudesse ser escritora e ajudar outras mulheres e homens negros na construção de sua identidade. Mesmo que essa identidade esteja fraturada e não seja a mesma da origem, ela é construída por todas as vivências de quem sentiu na pele a experiência de ser negro, conforme coloca Maalouf (apud MATA, 2014, p. 77):

A identidade não se compartimenta, não se reparte em metades, nem em terços, nem se delimita em margens fechadas. Não tenho várias identidades, tenho apenas uma, feita de todos os elementos que a moldaram, segundo uma 'dosagem' particular que nunca é a mesma de pessoa para pessoa.

A identificação dos negros com a leitura do livro é imediata pelas histórias que vivemos e ouvimos. Para os brancos, as histórias ajudam a compreender que o racismo estrutura a sociedade brasileira e que deve ser combatido por eles também. Para finalizar, enfatiza-se as palavras da autora que, na última página do livro, deixa um recado: “E antes de me despedir... Você se lembra de quando foi racista com uma preta ou um preto? Não precisa contar pra ninguém. Só tente não repetir” (SANTANA, 2018, p. 94).

## REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Natércia V.; LISBOA, Tereza Kleba. “Enegrecendo o feminismo”: a opção descolonial e a interseccionalidade trançando outros horizontes teóricos. **Revista Ártemis**, Alagoas, v. 27, n. 1, p. 270-284, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CONSORTE, Josildeth Gomes. A mestiçagem no Brasil: armadilhas e impasses. **Margem**, São Paulo, v. 10, p. 107-116, 2000.



CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077/8085>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. **Literafro**, Belo Horizonte, p. 1-6, 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/teoricos-conceituais/ArtigoConstancia1generoeviolencia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcus Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. In: SENA, Tito. **Artigos**. Florianópolis: Centro de Ciências Humanas e da Educação/Universidade Estadual de Santa Catarina, 2012. Disponível em: [http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos\\_textos\\_sociologia/Negra.pdf](http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GOTLIB, Nádya Batella (org.). **A mulher na literatura**. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATA, Inocência. Literaturas em português: encruzilhadas atlânticas. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 25, p. 59-82, jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/va.v0i25.69870>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate: Revista de Cultura**, Campinas, n. 6, p. 17-24, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505>. Acesso em: 10 jun. 2022.



MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004.

REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP Editora, 2018.

SCHMIDT, Rita T. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. *In*: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TELLES, Norma. Sonhos e iluminações das mulheres loucas da literatura. **Escrita (Revista de Literatura)**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 39, p. 22-26, 1988.